



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Direito

**DANIELLE MARQUES DE AMORIM DA FONSECA**

***WHISTLEBLOWING NO BRASIL:***  
**Características, Limites e Possibilidades de Implantação.**

**BRASÍLIA**  
**2019**

**DANIELLE MARQUES DE AMORIM DA FONSECA**

***WHISTLEBLOWING* NO BRASIL:  
Características, Limites e Possibilidades de Implantação.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Victor Minervino Quintiere.

**BRASÍLIA  
2019**

**DANIELLE MARQUES DE AMORIM DA FONSECA**

***WHISTLEBLOWING NO BRASIL:***  
**Características, Limites e Possibilidades de Implantação.**

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Victor Minervino Quintiere.

**BRASÍLIA, 09 DE ABRIL DE 2019**

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professor(a) Orientador(a)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

# ***WHISTLEBLOWING* NO BRASIL: Características, Limites e Possibilidades de Implantação.**

**Danielle Marques de Amorim da Fonseca**

**Resumo:** A pesquisa aborda assunto relacionado ao Direito Penal e ao Processo Penal, consistente no instituto chamado "*WHISTLEBLOWING*" – que, em sua tradução literal para o Português, significa "assoprador de apito". Trata-se de mais uma forma de colaboração de agentes ao sistema de justiça criminal. Estudos mostram que, onde o "*whistleblowing*" é utilizado, tem-se demonstrado efetivo para ajudar a prevenir e estimular a descoberta de atos ilícitos que prejudicam a sociedade como um todo.

**Palavras-chave:** Direito Penal. Direito Processual Penal. Sistema de Justiça Negocial. *Whistleblowing*. Colaboração de Agentes nos Sistemas de Justiça Criminal.

## **Sumário:**

Introdução. 1 Conceito do termo *WHISTLEBLOWING*. 2 Origem. 3 Características Gerais. 3.1 Denúncias Internas e Externas. 3.2 Proteção do Reportante no Ambiente de Trabalho. 3.3 Sigilo da Identidade do Denunciante 3.4 Pagamento de Prêmio. 4 Contextualizando os Limites e as Possibilidades de Implantação do *Whistleblowing* no Brasil. Considerações finais.

## **Introdução**

As pesquisas realizadas nas plataformas *SciELO* e *Google Scholar* apontaram a presença de muitas referências em inglês e espanhol sobre o assunto proposto, que foram catalogadas neste estudo. Por se tratar de assunto novo no sistema jurídico brasileiro, a revisão de literatura é recente e um tanto escassa. Este artigo ater-se-á aos recortes jurídico-penais, sobretudo processuais, no que se refere às características, limitações e possibilidades de uma legislação "*whistleblowing*" no ordenamento jurídico brasileiro.

É sabido que as evoluções tecnológicas, científicas e sociais trouxeram mudanças para o Estado e para a sociedade. O autor Sánchez (2017) destaca que essas evoluções permitiram o aprimoramento das modalidades delitivas, fazendo com que os ilícitos se tornassem um fato de difícil identificação e neutralização. As diversas atividades realizadas pelas empresas têm indicado a necessidade de implementação de mecanismos de controle e recebimento de denúncias relacionadas com atividades ilícitas ou irregulares, praticadas dentro de empresas.

Nesse sentido, Fortini (2016) aponta que o custo da corrupção alcança cifras altíssimas e, segundo informações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico –

OCDE, a corrupção representa 5% do GDP global (produto mundial bruto), o que representaria um montante de mais ou menos 1 trilhão de dólares pagos todos os anos por países em desenvolvimento, afetando a economia e os direitos dos cidadãos desses países.

Observa-se que o poder público enfrenta dificuldades para acompanhar essas evoluções, não sendo capaz de compreender a complexidade do alcance da repercussão criminal nos mais variados setores. Como consequência dessa dificuldade, Sánchez (2017) destaca que a sociedade sofre com uma atmosfera de insegurança e, muitas vezes, impotência experimentada pela coletividade diante dos delitos oriundos da *criminalità del profitto* – observado em crimes financeiros.

Esse cenário de insegurança faz com a lógica de aplicação dos princípios basilares do Direito penal seja alterada, pois, segundo Sánchez (2017), “o homem” é colocado como “fonte dos riscos” fazendo com que a sociedade, de uma maneira geral, entenda que esse mesmo “homem” deva ser neutralizado, mesmo que, para isso, direitos fundamentais sejam relativizados.

No mesmo sentido, Hassemer (2004) adverte que os direitos fundamentais não podem ser vistos como obstáculo na luta do Estado contra a criminalidade. Para ele, o paradigma da prevenção (em que a neutralização de crimes justificaria a perda de direitos) deve ser superado, preservando a aplicação do princípio da *ultima ratio* do Direito Penal, sob pena de aumentar o poder do Estado ao custo de se reduzirem garantias fundamentais, o que transformaria o Direito Penal em primeira medida ou única medida, ao invés de última (SÁNCHEZ, 2017).

De acordo com Sánchez (2017), para existir um sistema de prevenção eficaz da corrupção, é necessário um equilíbrio entre o respeito às garantias individuais fundamentais e as seguintes posturas: 1) redução das oportunidades delitivas; 2) certeza de punição; 3) criação de cultura cidadã de conscientização da necessidade de um controle social, ainda que mínimo; 4) instituição de sistemas de controle; e 5) aumento das reflexões sobre ética.

Verifica-se que o programa *Whistleblowing* encontra-se inserido na postura nº 4: instituição de sistemas de controle. O monitoramento social possui intenção de reduzir as oportunidades delitivas, pois tem como objetivo sistematizar, incentivar e proteger aqueles

sujeitos que, ao verificarem a prática de um ilícito, possuam meios para denunciar à autoridade competente e não tenham que suportar o ônus de uma denúncia sem a proteção devida (SÀNCHEZ, 2017).

Para Carla Veríssimo (2017), as empresas devem apoiar os canais de recebimento de denúncias por meio do comprometimento público por parte de seus dirigentes, tendo em vista que isso influenciaria as normas e os valores pelos quais as empresas pautam suas condutas. Esse compromisso, da administração com a prevenção da corrupção, deve passar por uma política de “tolerância zero”, devendo ser um exemplo transmitido hierarquicamente dentro da empresa.

O programa *Whistleblowing* está inserido nos sistemas de recompensas para colaboradores em investigações criminais e tem sido muito utilizado em casos relacionados a crimes econômicos e crimes contra a administração pública, no contexto do que a literatura tem chamado de "Sistemas de Justiça Negocial" (SAAD-DINIZ, 2015).

Nesses sistemas de justiça, a palavra de um agente colaborador tem especial dimensão para a investigação criminal, visto que, em muitas situações, a denúncia é a única fonte capaz de contribuir para a descoberta do ilícito. Todavia, a motivação do agente na denúncia pode ser questionada em recortes éticos, jurídicos e morais, dado que a acusação de terceiros pode trazer benefícios ao denunciante. Contudo, será demonstrado ao longo deste artigo que a motivação do reportante em denunciar se mostrará irrelevante ou pouco importante frente aos benefícios experimentados.

## **1 Conceito do termo *WHISTLEBLOWING***

Godoy (2017) destaca que a tradução ou não da expressão cabe a cada país, tendo em vista que não se trata de uma expressão de fácil tradução para outros idiomas. No Brasil, utiliza-se a expressão em inglês, embora, em alguns casos, seja necessário buscar um sentido que muitas vezes se confunde com o próprio conceito. A palavra *whistleblowing* é uma junção das palavras “*blow*” (apito) e “*whistle*” (soprar), em uma tradução literal para o português significaria: “soprar o apito” (CASTILHO, 2017).

É preciso realizar uma distinção entre as palavras *Whistleblowing* e *Whistleblower*, logo de início, pois elas são utilizadas com frequência em artigos sobre o assunto. A primeira deve ser entendida como o ato de alertar e a segunda se refere ao indivíduo que realiza a ação de alertar (GODOY. 2017).

*Whistleblower* foi conceituado por Ragués (2013), como uma expressão utilizada, em um contexto jurídico, para qualificar aqueles membros ou ex-membros (funcionários ou ex-funcionários) de uma organização – pública ou privada – que denunciam atos ilícitos ou considerados pouco éticos, levando tais fatos ao conhecimento de seus superiores, autoridades públicas ou terceiros a depender das exigências do caso concreto.

Para Peter Bowden (2005, tradução nossa), *whistleblowing* é a exposição, por pessoas de dentro ou de fora de uma organização, de informações significativas sobre corrupção ou irregularidades, que são de interesse público e de outra forma não seriam publicamente conhecidas<sup>1</sup>.

O Relatório da Transparência Internacional, ao compilar conceitos existentes em legislações utilizadas como parâmetro sobre assunto, definiu *whistleblowing* como sendo a divulgação de informações relacionadas com “atividades corruptas, ilegais, fraudulentas ou perigosas” cometidas em uma organização do setor público ou privado para indivíduos ou entidades que tenham competência para tomar ações efetivas e consequentemente proteger o interesse público<sup>2</sup>.

Como se percebe, os conceitos expostos são parecidos e, de certa forma, se complementam. É importante notar que o reportante não está envolvido no ilícito denunciado, por isso, os incentivos devem ser efetivos para que se disponha a fornecer a informação, já que só o seu interesse em contribuir com o interesse público não seria suficiente, pois, ao reportar o ilícito, as consequências do ostracismo das pessoas não se conseguem mensurar.

---

1 “*Whistleblowing is the exposure by people within or from outside an organisation, of significant information on corruption and wrongdoing, that is in the public interest and would not otherwise be publicly available*”

2 Disponível em:

[https://www.transparency.org/whatwedo/publication/best\\_practice\\_guide\\_for\\_whistleblowing\\_legislation](https://www.transparency.org/whatwedo/publication/best_practice_guide_for_whistleblowing_legislation). Acesso em 27 de março de 2019.

Rocha (2016) esclarece que a informação fornecida pelo *whistleblower*, que é por muitos denominado como “reportante do bem”, precisa apontar um fato relevante e com indícios suficientes para justificar uma investigação. Só assim, a informação reportada seria considerada benéfica e necessária à elucidação e neutralização de ilícitos criminais ou administrativos.

## 2 Origem do Instituto

Godoy (2017), utilizando-se de pesquisa realizada por Charles Doyle<sup>3</sup>, identificou como antecedente do *whistleblowing* uma lei que previa recompensa pecuniária para o indivíduo que comunicasse a violação da norma sagrada de guardar o sábado, a norma estava prevista na Declaração 695, editada no século II, pelo Rei da Saxônia Ocidental (atual Inglaterra) Wihtred of Kent.

No âmbito do direito norte-americano, a *False Claims Act*, promulgada no ano de 1863, é referenciada pela maioria dos autores como sendo uma prévia do programa *whistleblowing*. Nela existe a possibilidade de recompensar financeiramente os indivíduos que denunciarem irregularidade em contratações públicas. A recompensa pode chegar ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor restituído (GODOY, 2017).

Sánchez (2017), afirma que o programa *Whistleblowing* está inserido nas legislações da Itália<sup>4</sup>, do Chile<sup>5</sup>, do Peru<sup>6</sup>, entre outros. A adoção de uma legislação sobre *whistleblowing* é aconselhada em diversos tratados internacionais, sendo tema, inclusive, de um guia<sup>7</sup> que elenca 30 princípios essenciais para uma boa legislação sobre o assunto, elaborado pela Transparência Internacional no final do ano de 2018.

---

3 DOYLE, Charle. Qui tam: the false claims Act and related federal statutes, congressional research service, 6 ago 2009. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/misc/R40785.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019 (tradução livre do autor).

4 Vide legge 6, n. 190, nov. 2012 (Disponível per la prevenzione e la repressione della corruzione nella Pubblica Amministrazione).

5 Disponível em: [<https://blueprintforfreespeech.net/document/chile-overview-2>]. Acesso em: 13.10.2016. Vide Ley 20.205, de 2007 (Protege al funcionario que denuncia irregularidades y faltas al principio de probidad).

6 Disponível em: [<https://blueprintforfreespeech.net/document/peru>]. Acesso em: 13.10.2016. Vide Ley 29542, de 2010 (Ley de protección al denunciante en el ámbito administrativo y de colaboración eficaz en el ámbito penal).

7 TRANSPARENCY INTERNATIONAL. A best practice guide for whistleblowing legislation, cit., p. 6.



Por se tratar de assunto relacionado com o fenômeno global da corrupção, o programa *Whistleblowing* é inserido no cenário internacional do sistema anticorrupção como ferramenta capaz de contribuir de forma efetiva na criação de um cenário de monitoramento social e consequente neutralização de atos ilícitos (DANTAS, 2018).

De acordo com Silva (2015), a Convenção Interamericana contra a Corrupção foi o primeiro instrumento legislativo que abordou o assunto da Corrupção Transnacional, ela tratou de forma ampla o assunto e possuía o objetivo de combater e de prevenir a corrupção ativa e passiva existente dentro da estrutura governamental dos países membros. O documento foi assinado pelo Brasil em 1996, sua aprovação ocorreu no 25 de junho de 2002, por meio do Decreto Legislativo nº 152 e a promulgação, no dia 07 de outubro de 2002, por meio do Decreto Presidencial nº 4.410.

Em pesquisa realizada no site da Controladoria-Geral da União – CGU<sup>8</sup>, é possível verificar que, na mencionada convenção, foram estabelecidas medidas protetivas contra a corrupção. Dentre essas medidas, destaca-se a criação de um sistema para proteger os funcionários públicos e cidadãos que denunciarem de boa-fé atos de corrupção. A proteção a essas pessoas deve recair, inclusive, sobre sua identidade.

No ano 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU – reconheceu a importância de desenvolver um documento jurídico vinculante contra a corrupção e, após 07 (sete) sessões do Comitê, a Assembleia Geral aprovou, em 31 de outubro de 2003, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, conhecida também como Convenção de Mérida. No Brasil, o documento foi ratificado por meio o Decreto Legislativo nº 348, em 18 de maio de 2005 e sua promulgação se deu por meio do Decreto Presidencial nº 5.687, em 31 de janeiro de 2006. A Convenção de Mérida definiu medidas que deveriam ser realizadas pelo setor privado e pelos cidadãos para redução da corrupção (SILVA, 2015).

Oliveira (2015), ressalta que existem diversos compromissos firmados internacionalmente pelo Brasil para criação de mecanismos de proteção de funcionários públicos e cidadãos particulares. Contudo, o Brasil prossegue omissa, há anos, em sua obrigação de criar uma legislação específica sobre *whistleblowing* que tem sido apontada como instrumento eficaz na luta contra a corrupção.

---

8 <http://www.cgu.gov.br/assuntos/articulacao-internacional/convencao-da-oea/principais-temas>

### 3 Características gerais:

Inicialmente, faz-se necessário distinguir o denunciante *whistleblower* do denunciante na delação premiada. Para Castilho (2017), o *whistleblower* seria a pessoa que presenciou ou teve conhecimento da prática de um ato ilícito no ambiente em que trabalha, mas não teve nenhum envolvimento no ato praticado, não atuou como autor, nem como coautor e muito menos como partícipe.

Na definição de Oliveira (2015), o denunciante da delação premiada está no bojo de seu interrogatório ou em outro ato processual e busca incriminar um terceiro, por ser suspeito, indiciado ou réu e, portanto, ter participado do ato delatado como autor, coautor ou partícipe.

Diante de tais considerações, observa-se que o *whistleblower* não integra qualquer grupo criminoso, ele é, nas palavras de Oliveira (2015, grifo nosso), “*um terceiro sabedor de informações relevantes, seja por decorrência do exercício direto do seu trabalho, seja por razões eventuais.*”

Como bem notado por FERREIRA; SILVA; SANTOS (2018), o *whistleblowing* é considerado um meio eficiente de obtenção de provas, já que a complexidade dos ambientes de operação das organizações demonstra insuficiência tanto para ter notícia de fraudes como para obter provas robustas demonstrando que essa técnica de política criminal otimizaria as investigações, gerando eficiência na neutralização do ilícito, que só foi conhecido graças à contribuição do “reportante do bem”.

Para guiar a edição de legislação *Whistleblowing* no Brasil, algumas características são apontadas por diversos pesquisadores como basilares ao programa. Os pilares serão analisados de forma individualizada nos tópicos seguintes, assim resumidos:

- 3.1 Necessidades de escolher um meio para que as denúncias sejam realizadas;
- 3.2 A proteção do reportante no ambiente de trabalho deve ser efetiva;
- 3.3 O sigilo de sua identidade deve ser preservado; e
- 3.4 A recompensa pecuniária deve ser suficiente para minimizar seus prejuízos.

### 3.1 Denúncias Internas e Denúncias Externas

Segundo Sánchez (2017), as denúncias do *whistleblower* podem ser comunicadas de forma interna ou externa. A denúncia interna seria realizada na própria empresa por meio dos sistemas de *compliance*. De acordo com o conceito de Phillip Wellner (2005), os programas de *compliance* são mecanismos internos implementados pelas empresas para detectar e prevenir condutas ilícitas.

Sánchez (2017) entende que o canal interno possui duas problemáticas centrais que devem ser levadas em conta pelos responsáveis por editarem a legislação *whistleblowing*. A primeira está relacionada com “*eventual desinteresse da empresa em comunicar fraudes*” (grifo nosso) e a segunda gira em torno da capacidade de decidir sobre infrações administrativas ou criminais no âmbito das organizações privadas.

A denúncia fornecida pelo canal externo seria realizada em algum órgão público ou perante alguma autoridade pública responsável pela persecução penal (SÁNCHEZ, 2017). Para o pesquisador Castilho (2017), é preciso adotar uma posição intermediária. Ele propõe a criação de um sistema misto para que os pontos positivos de cada canal sejam aproveitados.

A adoção da denúncia interna deveria ser o meio preferencial e, de forma excepcional, a denúncia externa seria aconselhada: se existisse a possibilidade de reação inadequada por parte dos responsáveis pela apuração dos fatos; ou quando os próprios responsáveis pela apuração dos fatos estivessem envolvidos no atos reportados; ou, ainda, quando os fatos denunciados extrapolassem as competências do ente interno responsável pela apuração e, por último, se houvesse riscos à segurança pessoal do informante (CASTILHO, 2017).

O sistema misto de denúncias, proposto por Castilho (2017), traria um equilíbrio importante para a política *whistleblowing* e consequentemente geraria mais efetividade na obtenção de denúncias, pois as empresas e o ente público seriam forçados a criar sistemas eficazes e isentos de resolução dos fatos e de proteção ao reportante, sendo possível o entendimento de que, quando um deixasse de agir, seria viável a interferência do outro.

Silva (2015) destaca quais seriam as características necessárias para um sistema adequado de proteção dos denunciantes, as quais também estão de acordo com as diretrizes da

Transparência Internacional. Demonstrando a importância de que as organizações criem canais acessíveis e seguros, a autora sugere a criação de órgãos de correição, que estariam incumbidos de receber denúncias no próprio local de trabalho.

Os órgãos de correição seriam fiscalizados por outro órgão também de dentro da própria empresa e, concomitantemente, por um órgão de controle externo à organização. Em caso de urgência ou dúvida quanto à idoneidade dos dois primeiros, a legislação deveria prever a possibilidade de as denúncias serem feitas à mídia ou à sociedade civil para que o fato pudesse ser investigado sem que houvesse conflitos de interesse (SILVA, 2015).

### 3.2 Proteção ao Reportante no Ambiente de Trabalho

É sabido que a figura do reportante sofre um etiquetamento ou “rotulagem” depreciativa, pois muitos consideram a pessoa que denuncia como “fofoqueira, delatora, traidora” e isso, na visão do pesquisador Castilho (2017), pode ser alterado com base nos exemplos do direito comparado. Nos Estados Unidos existem diversos exemplos de denunciante que “gozam de grande prestígio social e muitas vezes são comparados a verdadeiros heróis”.

É compreensível uma resistência maior por parte dos denunciante em reportar algum ilícito, o que torna mais evidente a necessidade e relevância de se estimularem as denúncias por meio de garantias e recompensas ao reportante. De encontro a esse posicionamento, alguns países editam leis para punir “*severamente agentes públicos que divulgam informações sigilosas*” (SILVA, 2015, grifo nosso).

Mesmo que no Brasil não exista uma legislação *whistleblowing* que abranja, ao menos, o mínimo das proteções e incentivos indicados nas Convenções das quais o país é signatário, no ordenamento jurídico brasileiro existem leis para punir o funcionário público que divulgue informações sigilosas (SILVA, 2015), o que pode se tornar um obstáculo para o denunciante.

A Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429/92) proíbe a divulgação de informações sigilosas por funcionários públicos, em seu Art. 11, inc. III:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

*III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;* (grifo nosso)

Em contrapartida, existe também a Lei de acesso à Informação (nº 12.527/2011), que visa proteger o funcionário público que leva ao conhecimento de seu chefe imediato informação sobre a prática de crime ou de ato de improbidade, nos termos do Art. 126-A (OLIVEIRA, 2015):

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.

Como nada em nosso ordenamento pode ser interpretado de forma isolada, nos dizeres do Ministro Eros Grau, em voto vista, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenta – ADPF 101: *Não se interpreta o direito em tiras; não se interpreta textos normativos isoladamente, mas sim o direito, no seu todo marcado, na dicção de Ascarelli, pelas suas premissas implícitas.* (grifo nosso)

Para que a norma *whistleblowing* seja efetiva e eficiente, é necessário que a proteção do reportante no âmbito do seu trabalho seja ampla, pois, conforme informado por Castilho (2017) os países que pertencem ao G20 elaboraram uma cartilha chamada “*whistleblowing Protection*”, na qual reconhecem que a proteção efetiva do denunciante faz parte dos esforços para combater a corrupção, na busca de promover um ambiente empresarial limpo.

Nyreröd; Spagnolo (2015), utilizam uma entrevista realizada por Rothschild e Miethe (1999) para exemplificar as possíveis retaliações que os reportantes costumam sofrer quando decidem denunciar irregularidades ou ilicitudes ocorridas dentro da empresa em que trabalham. Os resultados da mencionada entrevista foram inseridos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Danos sofridos pelos denunciantes

Danos profissionais		Danos Pessoais	
Perdeu o emprego ou foi forçado a se aposentar	69%	Depressão ou ansiedade graves	84%
Recebeu avaliações de desempenho negativas	64%	Sentimento de isolamento ou impotência	84%
Monitorado mais de perto pelos supervisores	68%	Desconfiança dos outros	78%
Foi criticado ou evitado por colegas de trabalho	69%	Diminuição da saúde física	69%
Dificuldade para conseguir outro emprego no seu cargo de atuação	64%	Perda financeira grave	66%
		Problemas familiares	53%

Fonte: ROTHSCILD, MIETHE, 1999.

Os estudos de Rothschild e Miether (1999) e de Call, Kedia e Rajgopal (2016) evidenciam que as retaliações existem e que os denunciantes experimentam diversas consequências negativas, como: ser demitido, ser visto com maus olhos por colegas de trabalho, entre outras.

Esses prejuízos experimentados pelo reportante não podem ser mensurados de forma simples, por isso, os mesmos autores entendem que realizar incentivos positivos seria uma forma de minimizar os malefícios experimentados. São exemplos de incentivos: aumentar o salário, oferecer opções de ações, dar bônus aos denunciantes. Esses estímulos fariam com que a ação de denunciar fosse mais efetiva (NYRERÖD; SPAGNOLO, 2015).

Desse modo, Nyrreröd; Spagnolo (2015) entendem que os pontos negativos e os pontos positivos estão relacionados com a boa-fé ou a intenção por detrás do que foi dito pelo reportante. Os autores apontam como pontos negativos: “a) *alguns participantes do mercado podem tentar ‘armar’ para outro*”; b) “*possibilidade de denúncias estratégicas e mal-intencionadas*”; e c) “*denúncias oportunistas*” (grifo nosso).

Por outro lado, consideram os mesmos autores que: 1) as informações que foram reportadas são de conhecimento público e que os danos à reputação já teriam ocorrido com a prática do atos denunciados; 2) o reportante pode ser processado e corre o risco de não ganhar nenhum tipo de recompensa se o órgão responsável pela investigação verificar que ela não foi

feita de forma adequada; 3) ações que não são exclusivas de programas de recompensas (a possibilidade de o denunciante ganhar fazendo acordos extrajudiciais e a possibilidade de empregados fabricarem denúncias irregulares para lucro pessoal) geram a preocupação de que as informações possam comprometer a credibilidade do denunciante como testemunha.

Nesse contexto, verifica-se a inobservância por parte da República Federativa do Brasil ao estabelecido na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que destaca que a proteção do denunciante tem implicações consideráveis na prevenção e no combate eficaz e eficiente da corrupção nos setores públicos e privados. É o que se pode averiguar no Art. 33 da Convenção:

Art. 33. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de incorporar em seu ordenamento jurídico interno medidas apropriadas para proporcionar proteção contra todo trato injusto às pessoas que denunciem ante as autoridades competentes, de boa-fé e com motivos razoáveis, quaisquer feitos relacionados com os delitos qualificados de acordo com a presente Convenção.

É fácil observar que a ideia por de trás da proteção da identidade do reportante está intimamente ligada com sua integridade física e moral e, também, com a “expectativa de manutenção de sua rotina normal no ambiente de trabalho”, sendo forçoso demais depreender que tais aspectos não seriam levados em conta pelo reportante (DANTAS, 2018).

Por fim, entende-se que a elaboração de uma legislação que abranja um sistema de recompensas e sanções e que, também, premie os denunciadores e garanta sua proteção diante de possíveis represálias oriundas da empresa denunciada seria uma forma de incentivar que denúncias fossem levadas ao conhecimento da autoridade responsável por realizar a neutralização da ilicitude (SÁNCHEZ, 2017).

Cabe ressaltar que, se não fosse a denúncia do *whistleblower*, o ilícito não seria neutralizado e possivelmente se perpetuaria pela instituição por anos. É para fomentar denúncias que os incentivos foram pensados, pois seria difícil exigir que alguém se submeta a diversas consequências negativas, sem que existissem garantias, proteções e prêmios para incentivá-lo. Por isso, todos os pontos elencados devem ser considerados na elaboração da legislação pertinente (FERREIRA; SILVA; SANTOS, 2018).

### 3.3 Sigilo do Denunciante

A proteção do denunciante é apontada por Castilho (2017) como sendo o primeiro pilar de sustentação do programa *whistleblowing*. O autor considera essencial que o reportante possa contar com uma política de proteção de sua identidade, pois dificultaria que possíveis represálias pudessem se materializar nas esferas civil, criminal, trabalhista ou administrativa.

Para a pesquisadora Silva (2015) os programas de auxílio e proteção ao denunciante configuram importante estratégia no combate à corrupção. Ao informar as autoridades sobre a ilicitude, os reportantes ficam expostos, fazendo com que pessoas que se relacionam com eles, como familiares e amigos, corram riscos pessoais e, por isso, façam jus à devida proteção.

A necessidade de se proteger a identidade do denunciante está ligada aos direitos da personalidade. O denunciante tem direito a não ser exposto, a não ser desprezado publicamente e, também, tem direito a ser protegido contra retaliações, perseguições ou, até mesmo, represálias físicas ou psíquicas, posto que sua decisão em denunciar possa gerar consequências negativas sobre a sua vida como um todo (CAMARGO, 2016).

O elemento subjetivo da boa-fé deve embasar a denúncia realizada pelo reportante, sendo um requisito lembrado na Organização Não Governamental da Transparência Internacional, ao sustentar que as informações devem ser de interesse público e que os fatos relatados devem ser os mais amplos possíveis: “Além das infrações penais, deverá incluir as violações de obrigações legais, erros judiciais, situações que gerem perigo para saúde, segurança ou ao ambiente de trabalho, vedando, também, o encobrimento de qualquer das condutas citadas.”

Como bem notado por Dantas (2018), existem duas formas de se proteger o *whistleblower*: por meio da confidencialidade (proteção de sua identidade) e o anonimato. A primeira seria a situação em que a autoridade que tomou ciência da denúncia sabe quem é o reportante, mas não divulga e nem passa informações dele para ninguém; a segunda, que se refere ao anonimato, nem mesmo a autoridade competente saberia informações sobre a pessoa do denunciante.



Castilho (2017) observa, ainda, que, por não existir, no Brasil, uma legislação sobre *whistleblowing*, o anonimato tem sido aplicado como única medida protetiva, sendo utilizada por integrantes da sociedade para denunciar atos de corrupção e demais irregularidades.

Sobre o assunto de divulgação do nome do denunciante, o Supremo Tribunal Federal – STF – se manifestou, no ano de 2003 (MS 24405), entendendo que a decisão de resguardar a identidade do denunciante violaria diversos dispositivos constitucionais, entre eles, os que garantiam o direito de resposta, de preservação da intimidade, da vida privada e da honra, da vedação ao anonimato e, ainda, do acesso à informação (CAMARGO, 2016).

Por conseguinte, observa-se que a ponderação entre os princípios constitucionais reservados ao denunciante e ao denunciado deve ser analisada sob a ótica do interesse público, haja vista que *“a identidade do denunciante carrega uma informação relevante sobre a sua pessoa, pois revela a sua opção de exercer o ato de denunciar, o que pode gerar consequências e expectativas relacionadas a sua vida privada”* (CAMARGO, 2016, grifo nosso).

Como bem observado por Camargo (2016), o que se deve analisar de um lado é o direito do denunciado de exercer plenamente seu direito à ampla defesa e ao contraditório e, de outro, o direito que possui o denunciante em ter sua personalidade preservada, já que os direitos de personalidade *“irradiam direitos e pretensões irrenunciáveis e irrestringíveis, tais como a vida, liberdade, saúde (integridade física e psíquica), honra, igualdade”*.

Para resolver esse impasse, o fato de se considerar a denúncia feita pelo *whistleblower* como sendo elemento de informação (que seriam elementos colhidos na fase investigativa, sem a participação das partes, ou seja, sem a efetivação do contraditório e da ampla defesa) já seria suficiente e, na fase processual, esses princípios seriam resguardados na produção das provas.

Desta maneira, o argumento de que o sigilo do denunciante mitigaria os princípios da ampla defesa e do contraditório do denunciado seria rechaçado, haja vista que esses princípios seriam aplicados quase que plenamente na fase judicial, pois as informações e/ou o conteúdo da conduta criminosa seriam disponibilizados e, sobre o conteúdo da denúncia, a defesa agiria de forma ampla (CAMARGO, 2016).

É justamente por isso que a Convenção Interamericana contra a Corrupção se limita ao essencial quanto à proteção ao denunciante, anunciando dois aspectos: a necessidade de boa-fé e a proteção da identidade, e não o anonimato.

### 3.4 Pagamento de Prêmio

Castilho (2017, grifo nosso) entende que o oferecimento da recompensa possui o objetivo de diminuir os custos subjetivos suportados pelos *whistleblowers*, custos esses que não podem ser mensurados nas medidas de proteção. Para ele, é por meio do oferecimento do prêmio que se pretende “*amenizar, recompensar minimamente todos os eventuais dissabores que possam ser experimentados e, porque não, para suprir a deficiência estatal que não consegue, por nenhum mecanismo, preservar na integralidade o status ex ante dos reportantes*”.

O autor ainda observa que a recompensa não é algo novo e nos remete ao ano de 1863, com o advento da False Claims Act Federal – FCA –, nos Estados Unidos e mais recentemente, com o Presidente Barack Obama, que criou a lei Dodd-Frank Act, no ano de 2008. A mencionada lei “*trouxe proteção mais rígida aos whistleblowers, estabelecendo retribuições financeiras a todos aqueles que aportarem informações originais sobre possíveis infrações relacionadas ao mercado financeiro*” (CASTILHO, 2017, grifo nosso).

Nyreröd; Spagnolo (2015) trazem em seu artigo a constatação de que nos EUA as políticas de recompensas para denunciante são elogiadas e reforçadas. Em contrapartida, a Europa se mostra resistente quanto à aplicação desse tipo de política. Os mesmos autores destacam quais são as diferenças existentes nos programas de incentivos: 1) o percentual da multa que o denunciante pode receber está diretamente relacionado com a essencialidade da informação fornecida pelo reportante; 2) a necessidade de se verificar um valor mínimo que demande interesse na denúncia; 3) alguns programas limitam o valor absoluto do prêmio e 4) alguns programas de recompensa concedem grau de confidencialidade ao denunciante.

Os citados autores também observam que um programa de recompensa dependerá de fatores locais, tais como: que tipo de corrupção é prevalente e o que as autoridades querem combater, pois, quando são comparados com outros métodos de fiscalização e detecção de irregularidades, os programas de recompensas não parecem particularmente mais caros.

Ponto bastante discutido entre os pesquisadores é o de que remunerar *whistleblower* macularia um componente ético do instituto. Conforme Dantas (2018, grifo nosso), não deveria ser esse o entendimento, pois para ele não é relevante a motivação que fez com que o reportante decidisse contribuir se “*impelido por um ideal moral de combate à criminalidade, se agiu por vingança ou se queria mesmo aproveitar-se financeiramente da situação*”, nada disso deveria ser levado em consideração.

A recompensa, no entendimento de Dantas (2018), seria uma forma de encorajamento, tendo em vista que o programa *whistleblowing* visa fomentar o monitoramento social e a premiação de iniciativas como essa, que seriam retribuídas por meio de recompensa em pecúnia. O que se pretende aqui não é apenas fomentar o desenvolvimento de consciência cívica, como aponta Costa<sup>9</sup> (2014); busca-se, também, retribuir o reportante, pois não se conseguiria mensurar quais seriam as consequências do ostracismo suportado por ele.

#### **4 Contextualizando as Características, os Limites e as Possibilidades de Implementação de *Whistleblowing***

Neste tópico, será analisado o PROJETO DE LEI nº 882, de 19 de fevereiro de 2019<sup>10</sup> (conforme pesquisa realizada no site da Câmara dos Deputados), de autoria do Poder Executivo em tramitação no legislativo. O PL tem o objetivo de estabelecer medidas contra a corrupção, contra o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa. O tópico XIX trata da introdução do “informante do bem” ou do *whistleblower* por meio de alteração da Lei nº 13.608/2018.

Inicialmente, o art. 4º-A traz de forma detalhada quais serão as pessoas jurídicas responsáveis por receberem as denúncias do *whistleblower* e dispõe que a proteção proposta ao informante será realizada “a qualquer pessoa que relatar informações”. Contudo, a proposta não indica como a proteção se daria de forma específica:

---

9 “De outro flanco, outras pessoas não detêm interesse em promover denúncia, mas talvez o tivessem caso existisse algum tipo de incentivo de caráter econômico. Não nos parece que apelar apenas à consciência moral, ética e cívica do cidadão seja o caminho adequado e suficiente para que se consiga implementar melhora nos sistemas de combate à corrupção”

10 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192353>

Art. 4º-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, manterão unidade de ouvidoria ou correição, *para assegurar a qualquer pessoa o direito de relatar informações sobre crimes contra a Administração Pública, ilícitos administrativos ou quaisquer ações ou omissões lesivas ao interesse público.*

Parágrafo único. Considerado razoável o relato pela unidade de ouvidoria ou correição, e procedido o encaminhamento para apuração, *ao informante será assegurada proteção integral contra retaliações e estará isento de responsabilização civil ou penal em relação ao relato, salvo se tiver apresentado, de modo consciente, informações ou provas falsas* (BRASIL, 2019, grifo nosso).

O art. 4º-B, que trata da proteção do denunciante, concede ao *whistleblower* a proteção do direito de preservação de sua identidade:

Art. 4º-B. *O informante tem o direito de preservação de sua identidade, a qual apenas será revelada em caso de relevante interesse público ou interesse concreto para a apuração dos fatos.*

§ 1º Se a revelação da identidade do informante for imprescindível no curso de processo cível, de improbidade ou penal, a autoridade processante poderá determinar ao autor que opte entre a revelação da identidade ou a perda do valor probatório do depoimento prestado, ressalvada a validade das demais provas produzidas no processo.

§ 2º Ninguém poderá ser condenado apenas com base no depoimento prestado pelo informante, quando mantida em sigilo a sua identidade.

§ 3º A revelação da identidade somente será efetivada mediante comunicação prévia ao informante, com prazo de trinta dias, e com sua concordância (BRASIL, 2019, grifo nosso).

A referida proteção demonstra-se insuficiente com base nos exemplos de aplicação de legislações *whistleblowing* em outros países. Dantas (2018) aponta que a legislação *whistleblowing* vigente na França prevê que aquele que revelar a identidade do denunciante ou o conteúdo da informação fornecida sem o consentimento do *whistleblower* estará sujeito a uma pena de até dois anos de prisão e multa de €30.000<sup>11</sup>.

Dessa maneira, entende-se que a preservação da identidade do denunciado sugerida no anteprojeto é tímida e está sujeita ao subjetivismo da autoridade investigativa, o que seria um desestímulo aos possíveis *whistleblowers*.

---

11 Sapin II Law, article 9: I – The procedures implemented to collect disclosure, under the conditions mentioned in Article 8, shall guarantee a strict confidentiality of the identity of the authors of the disclosure, the persons targeted by it and the information collected by all the recipients of the disclosure. Outside of the judicial authority, information identifying the whistleblower can only be disclosed with his/her consent. Outside of the judicial authority, information identifying the person implicated by an alert can only be disclosed once the merits of the alert have been established. II – Disclosing the confidential elements defined in I is punishable by two years' imprisonment and a €30,000 fine (O princípio 7, elaborado pela Transparência Internacional, prevê: “the identity of the whistleblower may not be disclosed without the individual's explicit consent”. Já o princípio 13, cuida da proteção nos casos de anonimato: “full protection shall be granted to whistleblowers who have disclosed information anonymously and who subsequently have been identified without their explicit consent”. (TRANSPARENCY INTERNATIONAL. A best practice guide for whistleblowing legislation, cit., p. 20).

No que tange à proteção no ambiente de trabalho, essa se encontra detalhada de forma ampla no anteprojeto de lei:

Art. 4º-C. Além das medidas de proteção previstas na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, é assegurada ao informante *proteção contra ações ou omissões praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar, tais como demissão arbitrária, alteração injustificada de funções ou atribuições, imposição de sanções, de prejuízos remuneratórios ou materiais de qualquer espécie, retirada de benefícios, diretos ou indiretos, ou de negativa de fornecimento de referências profissionais positivas.*

§ 1º A prática de ações ou omissões de retaliação ao informante configura falta disciplinar grave, sujeitando o agente à demissão a bem do serviço público.

§ 2º *O informante será ressarcido em dobro por eventuais danos materiais causados por ações ou omissões praticadas em retaliação, sem prejuízo de danos morais.*

§ 3º *Quando as informações disponibilizadas resultarem em recuperação de produto de crime contra a Administração Pública, poderá ser fixada recompensa em favor do informante em até 5% (cinco por cento) o valor recuperado (BRASIL, 2019, grifo nosso).*

O terceiro pilar do programa, que seria a recompensa em pecúnia, foi contemplado no Anteprojeto de Lei, que previu uma recompensa de até 5% (cinco por cento). A redação não estipula um percentual mínimo, apenas um percentual máximo e deixa margem para que o programa seja esvaziado, pois permite que seja arbitrado um valor muito baixo, fazendo com que a retribuição não seja tão efetiva como se espera.

Se se comparar o valor estipulado com o que é aplicado na legislação dos Estados Unidos, na Lei *The False Claims Act* (FCA)<sup>12</sup>, que assegura aos denunciante um percentual em dinheiro de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) para os casos em que o denunciante atuou sozinho e de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) se o denunciante tiver atuado com a ajuda do Estado, o percentual se demonstrará extremamente baixo.

Ao se considerar o argumento de que o ilícito não chegaria ao conhecimento público (ou que ao menos demoraria muito para que isso acontecesse), o percentual sugerido não se demonstra razoável, tendo em vista que a investigação só teve início porque o denunciante se dispôs a ajudar e, como consequência, a suportar inúmeros julgamentos e consequências.

O projeto também não delimita em quais processos o denunciante faria jus à recompensa. Questiona-se: o denunciante teria direito a receber a referida indenização em

---

12 Síntese da legislação *The False Claims Act* disponível no Departamento de Justiça americano em: [http://www.justice.gov/sites/default/files/civil/legacy/2011/04/22/C-FRAUDS\\_FCA\\_Primer.pdf](http://www.justice.gov/sites/default/files/civil/legacy/2011/04/22/C-FRAUDS_FCA_Primer.pdf). Acesso em 28 fevereiro 2018.

todos os processos ou só teria direito ao percentual sobre o primeiro processo ao qual originou a denúncia? De acordo com Oliveira (2015):

“A necessidade de compensação financeira no Brasil é ainda mais evidente do que em outros países, pois as instituições públicas aqui, a exemplo da polícia civil ou do próprio Poder Judiciário, são tradicionalmente incapazes de proteger tempestivamente seus cidadãos vítimas de perseguições e ameaças.”

Assim, tendo em vista que o Anteprojeto se encontra em discussão nas casas legislativas federais e que existem muitos pontos para melhoria e esclarecimentos na proposição legislativa. Sendo assim, conclui-se que os pontos justificantes para os principais pilares apontados pela doutrina foram amplamente revisitados, apesar de não estarem todos contemplados no anteprojeto.

Ciente de que o trabalho não esgota o assunto e, considerando a realidade do contexto brasileiro, a matéria deverá ser amplamente discutida, não somente no âmbito do Poder Legislativo, mas também junto da sociedade e da doutrina, para que não seja implementada uma legislação *whistleblowing* deficiente em sua finalidade de proteção ao denunciante e também que não se torne mera folha de papel.

### **Considerações Finais**

De acordo com o índice de percepção da corrupção – IPC, informação fornecida pelo site da Transparência Internacional<sup>13</sup>, o Brasil ocupa a posição 105º no *ranking* dos 180 países e territórios que participam dessa pesquisa. Essa é a pior posição ocupada pelo país desde o ano 2012.

Uma legislação que vise assegurar a proteção no ambiente do trabalho; garanta o sigilo da identidade e retribua pecuniariamente o reportante contribuiria de maneira efetiva com o enfrentamento da corrupção, que tanto assola a realidade brasileira.

O programa *whistleblowing* é uma política criminal eminentemente preventiva que busca proteger e incentivar o reportante fazendo com que a informação prestada contribuiria no combater à corrupção, mas que não seja tão nocivo para sua vida particular quanto na atualidade o é.

---

13 <http://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>

## REFERÊNCIAS

BOWDEN, Peter. **A comparative analysis of whistleblowing protection**. Australian Association for Professional and Applied Ethics 12th Annual Conference. Adelaide. 28 a 30 set. 2005. p.2. Disponível em: <https://www.unisa.edu.au/siteassets/episerver-6-files/documents/eass/hri/gig/bowden-whistleblower.pdf>

CAMARGO, Marcio Cunha Filho. Revisitando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de reserva de identidade de denunciantes. **Revista de Doutrina e Jurisprudência**. Brasília, v. 51, p. 231 – 239, jan/fev. 2016

CASTILHO, Diogo Gomes. **Whistleblowing**: Principais características e vantagens. o que o Brasil está efetivamente perdendo. Corrupção como fenômeno supralegal. Curitiba: Juruá, 2017.

DANTAS, Leonardo Costa. *Whistleblowing* como instrumento de combate à corrupção: delineamento do instituto e a pertinência de uma legislação fomentadora de denúncias internas na administração pública brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 150, p. 189-233, dez. 2018.

DOYLE, Charles. **Qui Tam: The False Claims Act and Related Federal Statutes**, Congressional Research Service, 6 ago 2009. Disponível em [www.fas.org/sgp/crs/misc/R40785.pdf](http://www.fas.org/sgp/crs/misc/R40785.pdf). Acesso em 28 mar 2019. (Tradução livre do autor).

FERREIRA, Luciano Alberto; SILVA, Marcos Pereira da; SANTOS, Verçulina Firmino do. *Whistleblowing* no Brasil: Uma análise das soluções de *lege ferenda* para internalização da delação externa no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 147, p. 433, set. 2018.

FORNARI, Luigi. **Criminalità del profitto e tecniche sanzionate**. Padova: CEDAM, 1997.

FORTINI, Cristina. Combate à corrupção nas contratações públicas: breve comparação entre ferramentas previstas no sistema jurídico brasileiro e no sistema Norte-Americano. In: SOUSA, Simone Leticia Severo (coord). **O Impacto da Corrupção sobre as Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora D'Placido, 2016.

I VALLÉS, Ramón Ragués. **Whistleblowing**: una aproximación desde el derecho penal..., *Op. cit.*, p. 28.

LEITE, Glaucio Costa. Instrumentos de fomento a denúncias relacionadas à corrupção. **Revista Brasileira de Direito**, v. 10(1), p. 54-67, 2014. Disponível em: [\[https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadereito/article/view/620\]](https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadereito/article/view/620). Acesso em 20 mar. 2018. p. 64).

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado, parte geral, Tomo I**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1974, p. 162.



MOREIRA, Eduardo Ribeiro; CAMARGO, Margarida Lacombe. Sistemas Processuais Penais à Luz da Constituição. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, v. 97, p.73-91, set-out. 2016.

NYRERÖD, Theo; SPAGNOLO, Giancarlo. Recompensas para denunciante no combate à corrupção?. Tradução de Reinaldo Diogo Luz. In: FORTINI, Cristina (coord.). **Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 251-266.

OLIVEIRA, J. M. F. A. **Urgência de uma legislação *Whistleblowing* no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado/2015. Disponível em [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 28 mai. 2015.

SAAD-DINIZ, Eduardo; CASAS, Fábio; COSTA, Rodrigo de Souza (org.). **Modernas técnicas de investigação e justiça penal colaborativa**. São Paulo: LiberArs, 2015.

SÁNCHEZ, Rios Rodrigo. Criminalidade Intraempresarial, Sistemas de Denúncia Interna e suas Repercussões na Seara Penal: o Fenômeno do Whistleblowing. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 137, p. 89, nov. 2017.

SILVA, Thainara Larissa Lemos Pratt da. A corrupção como fenômeno internacional e a proteção aos denunciante como medida de combate à corrupção. **Revista Brasileira de Estudos da Função Pública**. Belo Horizonte, ano 4, p.173-206, set/dez 2015.

ROCHA, Márcio Antonio. **Subsídios ao debate para a implantação dos programas de whistleblower no Brasil**. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à lavagem de dinheiro – ENCLLA. 2016. Disponível em <http://enccla.camara.leg.br/biblioteca/artigos/whistleblower-1>. Acesso em 07 fev. 2019.

VERÍSSIMO, Carla. **Compliance**: Incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2017.